

Gênero e geração: os significados atribuídos à velhice e o que torna possível a distinção entre os sujeitos definidos como idosos¹

Gender and generation: the meanings attributed to aging and what makes possible the distinction between subjects defined as elderly

Thayza Wanessa Silva Souza Felipe*¹
Sandra Maria Nascimento Sousa¹**

Palavras-chave:
Envelhecimento;
Trabalho social;
Idosos;
Mulheres.

Resumo: Este estudo buscou identificar significados atribuídos à velhice a partir de entrevistas com mulheres idosas participantes do Trabalho Social com Idosos (TSI) desenvolvido pelo SESC Deodoro, em São Luís - MA, na intenção de compreender essas experiências vinculadas a marcadores sociais que tornam possível a distinção na maneira como as participantes do grupo vivem essa fase da vida. A pesquisa empírica foi constituída com dez mulheres, com idade a partir de 60 anos, que participam das atividades ofertadas pelo TSI. Por meio de entrevistas individuais e focais, sem roteiro pré-definido, foi permitido que cada uma delas narrasse trechos de suas histórias de vida. O trabalho com a memória proporcionou compreender os processos de formação de diferentes sujeitos, indicando a complexidade do envelhecimento. Para as idosas entrevistadas, o significado da atual fase em que vivem é percebido como um momento de prazer, independência e liberdade que não pôde ser por elas vivenciada quando mais jovens. Além disso, diferentes marcadores sociais se interseccionam na experiência dos sujeitos definidos como idosos, o que influencia diretamente na maneira como cada um vive sua velhice, como também nos significados que associam a essa fase da vida. Assim, análises do envelhecimento não devem se fechar às questões de ordem

¹ Recebido em 15/05/2018. Aceito em 27/07/2018

*¹ Mestra em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão, doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: thayzawanessa@hotmail.com.

**¹ Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: sandraufma@gmail.com.

biológica, pois a velhice enquanto categoria construída politicamente está relacionada com diversos aspectos histórico-sociais.

Keywords:

Aging;
Social work;
Elderly;
Women.

Abstract: *This study aims to identify the meanings attributed to aging based on interviews with elderly women participants of Social Work with Elderly (TSI), developed by SESC Deodoro, in São Luís - MA. Focusing on understanding the different ways that these elderly live this phase of life, their experiences were linked to social markers that make possible such distinction. The empirical research was constituted with ten 60-year women, who participated assiduously in any activity offered by TSI. Through individual and focus interviews, without pre-defined script, these women were allowed to tell their life stories. The memory of elderly also allowed to understand the formation processes of different subjects, indicating the complexity of aging. For the interviewees, the meaning of their current phase of life is perceived in their statements as a stage of achievements that could not be experienced by them when younger. In addition, different social markers such as class, gender, education, race and religion intersect the experience of established subjects as elderly, which directly influences the way one lives his old age, but also the meanings that associate with that stage of life. Thus, the aging analysis should not be close to the issues of biological, because old age as a built category is related to different social aspects.*

Introdução

Observa-se que a parcela mais velha da população cresce de maneira acelerada em diversos países ao redor do mundo e a demografia vem registrando esse crescimento populacional também no Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014), o país possui atualmente mais de 26 milhões de pessoas, ou 13% da população total, com idade a partir de 60 anos, que são os classificados legalmente como idosos.

O aumento da população idosa é considerado o resultado da redução da natalidade e das descobertas da ciência de novas tecnologias e novas substâncias farmacológicas, fazendo com que a expectativa de vida cresça e, conseqüentemente, o número de idosos aumente (MELO, 2017). Diante dessa mudança nos perfis demográficos, não apenas o Brasil, mas diversos países lançaram um novo olhar sobre a velhice, acarretando mudanças na formulação de políticas públicas voltadas a essa camada da população.

Tendo o fenômeno do envelhecimento populacional presente em quase todo o mundo, a Organização das Nações Unidas (ONU) inseriu o tema nas agendas de suas Assembleias Mundiais, cujas reuniões possuem a intenção de

convencer e estimular os Estados a se dedicarem a essa nova problemática social, principalmente os países considerados em desenvolvimento, onde será o grande aumento da população idosa (SILVA; SOUZA, 2010).

Entretanto, um dos obstáculos encontrado em diversos documentos oriundos das Nações Unidas é o seu perfil generalizador, ou seja, não são consideradas as diferenças entre regiões, como acontece na Declaração Universal dos Direitos Humanos que é um documento único e se apresenta como um plano geral para realidades sociais heterogêneas. O mesmo acontece em propostas direcionadas ao envelhecimento, em que não se reconhece que as experiências de um grupo, que é definido como uma categoria homogeneizadora (velhos, idosos, etc.) abrangem muitas diferenciações marcadas por condições de classe social, raça, gênero, entre outras.

É importante destacar que os princípios de classificação utilizados em nossa sociedade, até mesmo os que nos parecem ser "naturais", são na verdade construídos socialmente. Em geral, características físicas ou especificidades biológicas, como a idade, são utilizadas como critérios de classificação social dos sujeitos.

Debert (1998) acredita que a institucionalização do curso da vida tem a idade cronológica como uma dimensão elementar na organização social. Os estágios da vida foram claramente definidos, separados e organizados através da idade cronológica. Essa institucionalização não só está presente nas dimensões do mundo familiar e do trabalho, mas também se encontra na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas do Estado.

No caso aqui abordado, a partir de uma determinação legal – atingir os 60 anos de idade –, o estatuto da velhice é imposto ao indivíduo e seu status na sociedade também é determinado, constituindo todos aqueles inseridos nessa cronologia na categoria de idoso, como um grupo homogêneo. Não é considerado que as mudanças que ocorrem durante o envelhecimento interferem na própria identidade do sujeito e no significado que o envelhecimento possui como uma experiência individual e plural, que vai além da idade cronológica (FARIA, SANTOS, PATIÑO, 2017).

Debert (1998), dialogando com Lenoir (1996), afirma que os primeiros discursos sobre a velhice pertenciam ao campo médico que tratava o envelhecimento como desgaste fisiológico. Mais tarde, com as políticas de aposentadoria, problemas econômicos e financeiros, diferentes especialistas, como gerontólogos e psicólogos, passaram não só a analisar a questão do envelhecimento populacional, mas também a estabelecer as necessidades dos idosos e a forma correta de viver essa fase da vida.

Ainda segundo a autora (1997), foi a inversão na representação da velhice e a atribuição de novos significados que proporcionaram a criação de espaços onde o envelhecimento pudesse ser vivido de forma agradável e coletivamente. Ou seja, as categorias *idoso* e *terceira idade* foram legitimadas como forma de combater antigos estereótipos relacionados ao envelhecimento, estabelecendo outras formas de viver.

Atualmente, diversas instituições e especialistas utilizam a designação dessa nova identidade como orientação no planejamento de ações e programas, como aulas de dança, ginástica, canto, pintura, informática, universidades, entre outras. Tal estratégia para uma nova maneira de se viver o envelhecimento pode ser vista na perspectiva do Trabalho Social com Idosos (TSI) realizado pelo Serviço Social do Comércio (SESC).

Estas ações têm sido realizadas através da compreensão a-histórica de que a velhice é uma concepção absoluta. Não se reconhece que o significado do envelhecimento é uma construção política e histórica e que os próprios sujeitos ressignificam suas experiências. A classificação homogênea diverge, em grande parte, da interpretação de cada indivíduo, sobre experiências vividas. Sendo assim, a compreensão do envelhecer deve ser pensada levando em consideração semelhanças e diferenças no percurso de vida de cada pessoa, suas particularidades, relações sociais construídas, mudanças e permanências nas reconfigurações de identidades etc.

Neste artigo, resultado de uma dissertação de Mestrado em Cultura e Sociedade, serão apresentadas narrativas oriundas de lembranças, modos de ser e de pensar de Agatha, Inês, Bárbara, Rita, Clara, Helena, Luzia, Marta, Isabel e Mônica². Não são apenas narrações de acontecimentos vividos, nem se buscou reconstruir plenamente suas histórias de vida. Buscou-se registrar recordações de experiências por elas vividas, partindo da compreensão de que a memória é um recurso apropriado para a compreensão da sociedade como produtora e reprodutora de significados, processos históricos e atitudes específicas.

Partindo da preocupação com a possibilidade de restrição da diversidade de experiências, a pesquisa empírica foi constituída com mulheres, a partir de 60 anos de idade, que participavam de alguma atividade do Trabalho Social com Idosos no SESC, localizado no Centro de São Luís – MA. No atual contexto de imagem ativa do envelhecimento, muitos idosos organizam-se em grupos ou programas de naturezas diversas voltadas para as pessoas de mais idade.

² Os nomes dessas mulheres são fictícios, decisão tomada conjuntamente para que o sigilo fosse mantido.

Buscou-se, por meio de entrevistas de longa duração e sem roteiro pré-definido, obter relatos que permitissem, sobretudo, conhecer alguns dos significados atribuídos por essas pessoas ao ser velha, por observar que nesses grupos há uma presença massiva de mulheres, mais disponíveis para falarem de si e de suas vivências.

O trabalho com relatos de experiências, depoimentos constituintes de uma história de vida, ou de trajetórias, atestou como estão repletas de significações sociais e processos históricos. Concorde-se com autores como Sanches e Minayo (1993) em relação à abordagem qualitativa, a qual é empregada para compreender fenômenos tidos como complexos, podendo ser estes valores, crenças, hábitos, atitudes, opiniões, etc.

Foi preciso aprofundar-se na complexidade de fatos e processos específicos a certos indivíduos ou a determinados grupos, pois como afirma Chizzotti (1991), um estudo qualitativo é o mergulho do pesquisador nos sentidos e emoções do grupo em análise; o reconhecimento dos atores como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas; e a aceitação de que a fala, os momentos de silêncio, as revelações e os ocultamentos são importantes.

A primeira técnica utilizada nas visitas ao grupo foi a observação sistemática. Foram sendo registradas as primeiras impressões à medida que as atividades iam se desenrolando. O intuito foi ter um conhecimento inicial do grupo, como é seu funcionamento, quem são os participantes, seus hábitos, frequência, dentre outras características.

Logo após foram utilizadas duas formas de entrevistas definidas por May (2004) como semiestruturadas e em grupo. Na entrevista semiestruturada as idosas construíram suas narrativas e/ou relatos dentro de sua concepção da experiência da velhice e as relações nas quais estão inseridas com familiares, amigos, companheiros de grupo, seus líderes etc.

Deve aqui ser destacado que as lembranças rememoradas das idosas estão sob influência do atual momento de cada uma delas, pois, no trabalho de rememorar, a memória é processo de construção. O passado dessas senhoras não chegará ao presente exatamente como foi vivido por elas, levando em consideração que, no desenvolvimento de uma criança para a fase adulta, ela compartilha do pensamento dos diferentes grupos dos quais fez e ainda faz parte. Ou seja, "a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada" (HALBWACHS, 2004, pp. 75-76).

Trabalhar com lembranças e rememorações remete-nos também à atenção ao fenômeno do esquecimento. Para tal mecanismo, Freud (1901)

adverte que o esquecimento é uma interferência em nosso ato de reproduzir impressões, nomes ou acontecimentos. No entanto, essa interferência, além de ser de ordem pessoal, profissional, familiar, etc., acontece propositadamente para que lembranças desagradáveis não sejam manifestadas.

Após algumas interlocuções individuais foi utilizado outro recurso técnico para o aprofundamento de algumas questões, a entrevista em grupo, já conhecida como grupo focal. Utilizando como pressuposto o pensamento de Tim May (2004), o número de participantes foi composto de 10 mulheres idosas que, guiadas pela pesquisadora, discutiram temas específicos mediante estímulos apropriados para o debate, como uma música ou alguma atividade. Essa técnica também proporcionou a interação grupal, corroborando para uma melhor participação das entrevistadas, transformando este momento em descontração, em que as participantes responderam de forma mais intensa e espontânea algumas questões.

As participantes foram as que voluntariamente aceitaram participar da pesquisa, sabendo antecipadamente sobre seus objetivos, metodologia e o tipo de contribuição desejada.

A análise crítica de riscos e benefícios foi fundamental. O único risco vislumbrado diz respeito a possibilidade de constrangimento decorrente de alguma pergunta realizada no momento das entrevistas. Deve ser ressaltado que, preventivamente, um diálogo foi construído com os sujeitos envolvidos de forma a esclarecer os procedimentos e as questões que seriam realizadas durante a entrevista. No tocante aos benefícios, foi considerado que eles retornassem aos participantes da pesquisa de forma individual e coletiva, podendo ser em termos de retorno social e acesso aos procedimentos.

Para a análise das entrevistas foram utilizadas categorias, como envelhecimento, gênero, classe, raça, família, corpo e religião. Os nomes utilizados no presente artigo são fictícios. Pelo forte viés religioso que o grupo apresentou, optou-se por usar nomes de santas. A amostra não permite a generalização dos achados, como é praxe nos estudos qualitativos.

Quadro 1: Perfil das mulheres idosas entrevistadas.

Helena	66 anos	Mulher branca	Divorciada	Aposentada	Ensino Fundamental Completo
Inês	79 anos	Mulher branca	Viúva	Aposentada	Ensino Fundamental Incompleto
Mônica	81 anos	Mulher negra	Viúva	Aposentada	Ensino Fundamental Incompleto
Marta	66 anos	Mulher branca	Viúva	Aposentada e Pensionista	Ensino Médio Completo
Isabel	72 anos	Mulher negra	Viúva	Aposentada	Ensino Fundamental Incompleto
Luzia	71 anos	Mulher negra	Casada	Do Lar	Ensino Fundamental Incompleto
Bárbara	69 anos	Mulher branca	Casada	Aposentada	Ensino Superior Completo
Agatha	81 anos	Mulher negra	Divorciada	Aposentada	Ensino Superior Completo
Clara	69 anos	Mulher negra	Casada	Aposentada	Ensino Superior Completo
Rita	66 anos	Mulher branca	Solteira	Aposentada	Educação Infantil Incompleta

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Mulheres e experiências engendradas

Um importante elemento que se destaca na configuração do TSI Deodoro refere-se à vinculação entre Gênero e Geração, principalmente. As atividades ali desenvolvidas são realizadas com a predominante participação de mulheres. Nas atividades fixas, como canto, banda e coral, foi observado que o número de mulheres participantes era de 100% no total. Apenas nas reuniões que ocorrem às sextas-feiras, em que palestras são apresentadas e é permitida a participação de idosos de outros grupos de convivência, foi possível constatar a participação de, no máximo, dois homens durante meses em processo de observação. Essa constatação influenciou diretamente a condução da pesquisa que, de início, pretendia trabalhar com homens e mulheres, mas que não pôde ser assim concretizada pelo fato de só existirem mulheres assíduas nas atividades ofertadas pelo TSI SESC Deodoro.

Essa predominante participação de mulheres nos espaços denominados grupos de convivência para idosos pode ser explicada a partir de alguns fatores relacionados a questões demográficas e contextos socioculturais. No tocante à demografia, as Nações Unidas, em seu documento *Population aging and sustainable development*, enfatizou que a população mais velha é e continuará a ser predominantemente do sexo feminino. Mundialmente as mulheres estão vivendo uma média de 4,5 anos a mais do que os homens e, como resultado,

estão representando 54% das pessoas com 60 anos ou mais e 62% das pessoas com 80 anos ou mais (UN, 2014).

No Brasil, em análises empreendidas sobre o aumento da população idosa, se observa que quanto mais velho o contingente idoso, maior é a proporção de mulheres. Sobre esse aspecto, algumas análises foram realizadas. Carvalho e Wong (2008) observaram que, no ano de 2000, para cada 100 mulheres idosas havia um grupo de 81 homens idosos. Além disso, Camarano (2005) prevê que no ano de 2050, entre os mais idosos (com idade a partir de 80 anos), para cada 100 mulheres deverão existir apenas 61 homens.

Apesar de os dados demográficos e suas análises apontarem para um maior número de mulheres dentro do grupo etário de idosos, tais informações não são determinantes no que se refere à busca por grupos de convivência. Nesse caso, outros fatores e motivações decisivos devem ser considerados e analisados, tais como a construção social e política do Gênero, que marcou historicamente uma distinção e desigualdade entre homens e mulheres, baseada na interpretação da biologia sobre a diferença sexual, naturalizando diferenciações, como próprias de uma possível "natureza feminina", ou "natureza masculina".

As mulheres que decidiram, por livre iniciativa, participar deste estudo, ainda que façam parte do mesmo grupo geracional, no início de suas narrativas apresentaram a diversidade de experiências, que, de certo modo, problematizam a homogeneização da categoria mulheres idosas. Pode-se perceber a diversidade em seus relatos, a seguir:

"Nasci aqui mesmo em Humberto de Campos, em 10 de julho, de 6 horas da tarde. Minha irmã nasceu também. Nós somos gêmeas. Então, a minha avó, pediu para a minha mãe uma. Se fosse homem ela não queria de jeito nenhum." (Agatha)

"Eu nasci aqui em São Luís, nasci e me criei aqui. [...] Até os seis anos eu vivi com meus avôs. Aí com 7 anos eu fui para casa dos meus pais. Fui a primeira neta e minha vó disse: "o primeiro neto tem que passar pelas mãos dos avós". Mas eles eram muito pobres, só eram ricos em educação." (Bárbara)

"Nasci em Rosário. Minha mãe teve 9 filhos. [...] Eu estudei uma parte lá no interior e vim para cá no ginásio pra estudar em colégios melhores. Minha mãe que insistia para a gente vim pra cá, pra estudar, não casar logo. [...] Meu pai não queria." (Helena)

"Eu nasci lá pelas bandas de Timon. Depois meus pais vieram embora, eles eram cearenses, não aguentaram a seca de lá. [...] Nós éramos 18 irmãos. Aí foi morrendo, morrendo. [...] Eu comecei a estudar tudinho direitinho, a minha mãe pedia muito, mas meu pai não deixava. Ele não queria que nenhuma filha estudasse, dizia que

não era pra gente aprender a escrever pra não fazer carta pra namorado.” (Luzia)

“Nasci aqui mesmo. Foram oito filhos, eu sou a caçula. [...] Minha mãe passou muito tempo viúva e nem por isso arrumou ninguém com medo dos homens querer comer a gente. [...] Eu tive uma infância bem atropelada. Meu pai jogava muito apostando dinheiro e deixou minha mãe sem nada.” (Marta)

“Nasci aqui em São Luís. [...] Minha infância foi muito aperriada pra estudar. Era difícil porque mamãe não sabia ler. Isso é a coisa mais difícil que existe, porque você não tem nem como ajudar essa criança.” (Isabel)

“Eu nasci aqui em São Luís. [...] Olhe, duas coisas na vida não me interessou: o colégio e o casamento. Eu era expulsa de todos os colégios até que minha mãe me mandou para o Rio de Janeiro para fazer um tratamento e saber se eu era doída.” (Rita)

É interessante perceber a diversidade de experiências vividas pelas senhoras na fase da infância, no contexto de suas famílias de origem. No tocante aos estudos, das dez entrevistadas, apenas três senhoras conseguiram fazer o curso superior, o que revela a estrutura social de desigualdades relativas ao Gênero, tendo em vista que àquele momento, às mulheres eram dificultados os acessos à escolarização e preparação para o mercado de trabalho, para o exercício de funções no espaço público. Passando por muitas dificuldades, dona Bárbara, que casou grávida e teve complicações para acabar o curso, e dona Agatha, que parou as aulas de enfermagem depois que teve a filha, só conseguiu retornar após alguns anos com o auxílio da família, que a ajudou depois de divorciada. Entre as que não possuem ensino superior, há as que fizeram o ensino médio e buscaram se especializar, como dona Marta, que fez um curso técnico de Contabilidade, mas também há o caso de dona Rita, que não possui nem o ensino básico, pois foi expulsa de todos os colégios, levando os pais a pensarem que tinha algum problema mental.

Essa diferença em níveis de educação é expandida e também possui um reflexo na questão profissional. As idosas Agatha, Bárbara e Clara, que possuem nível superior, trabalharam até a aposentadoria, respectivamente, como enfermeira, professora concursada e funcionária pública da Secretaria da Saúde. Ambas, em suas narrativas, deixam claro que o trabalho de toda uma vida representou para elas a independência financeira, um sinal de liberdade e também a possibilidade de viver o processo de envelhecimento diferente do de suas mães. Como dona Bárbara afirma:

“Da nossa geração pra cá nós já começamos a trabalhar e a ter voz dentro de casa. Eu tenho colegas que nunca trabalharam e sempre foram submissas. Somos de uma geração que a gente tinha o dinheiro da gente. De mamãe para trás, meu Deus do céu!”

A autonomia e a independência se apresentaram como elementos determinantes entre as idosas na definição de um envelhecimento saudável e ativo. Tal fator também foi comprovado nos estudos de Wallack, Wiseman e Ploughman (2016) realizados no Canadá. Os pesquisadores investigaram 683 pessoas idosas e observaram que, mesmo o discurso da velhice saudável e ativa ser associado automaticamente como a adoção de hábitos e comportamentos específicos, os idosos não relacionaram o envelhecimento saudável à ausência de doenças. Para os entrevistados, a principal característica é poder tomar decisões e agir de maneira independente, fazer suas atividades sem o auxílio ou interferência de algum parente ou outra pessoa.

O núcleo familiar sobre o qual as idosas do TSI narram também nos mostra uma pluralidade de cenários no que se refere à autoridade maior do lar. Em alguns casos, o pai foi a figura marcante, mas em outros, mesmo a mãe possuindo a função de gerenciadora do lar e da educação dos filhos, pertencia a ela a autoridade de todas as decisões tomadas. Esse controle foi percebido a partir das seguintes narrativas:

“Fui a primeira filha e mulher, meu pai era muito rígido, não deixava eu fazer nada. Muito machista. Mas naquele tempo a maioria dos pais era tudo assim.” (Inês)

“[...] meu pai marcou presença na minha vida e meus avôs também. Agora minha mãe era muito brava, gostava de bater.” (Bárbara)

“[...] eu fui pro interior, papai ia e vinha, e toda vez ele levava nós. Ele me obrigou a casar com um velho de 60 anos mais ou menos, eu tinha uns 14.” (Luzia)

“Mamãe era filha única e queria que as filhas seguissem o mesmo rumo que ela. Naquele tempo meu pai já reclamava dela querer prender a gente.” (Rita)

Os relatos dessas senhoras deixam em evidência a forma de autoridade exercida pelos pais e as maneiras de reagir aos comandos, especialmente mais rígidos para filhas mulheres. Nesse caso, existia o controle para que tivessem determinado comportamento, prescrito normativamente para o momento histórico que perpassava suas adolescências. O ideal normativo, nas relações de Gênero, regia a necessidade da virgindade e da inserção da moça no casamento e da constante dedicação aos papéis de esposa e mãe. Quando esse controle é lembrado e algumas vezes comparado com a atual educação que mulheres jovens recebem, as entrevistadas deixam claro que antigamente existia o medo, para que as moças não se “perdessem” ou ficassem “faladas”, preocupação, segundo suas falas, não existente na atualidade.

Outra característica presente em suas narrativas mostra o modelo hegemônico existente, no qual, dentro do núcleo familiar, homens e mulheres

deveriam desempenhar papéis diferentes. Tal questão pode ser compreendida com auxílio das análises empreendidas na obra *Família e Valores*, em que diversos autores buscam contemplar a relação existente entre formação social / família / valores no período compreendido entre os anos de 1964 e 1984, no Brasil.

Riolando Azzi (1987) compreende que os anos de 1872-1875 marcaram uma importante mudança, a obediência ao monarca é trocada pela fidelidade ao papa. Para concretizar a transformação nos costumes, os bispos buscam a educação da juventude, expressando-se mais rígida e restritiva em relação às mulheres. O catecismo da conduta moral fica claro em uma carta pastoral que anuncia os valores que a Igreja passava impor às mulheres, assim as restringindo ao ambiente familiar:

- Obrigações da mulher jovem: ser modesta, decente nas falas, piedosa, leal, amorosa, não sair de casa, ajudar nas tarefas domésticas e evitar conversas com o sexo oposto;
- Obrigações da mulher casada: amar o marido, respeitá-lo, obedecer-lhe, servi-lo, calar-se, tolerar seus defeitos e educar catolicamente os filhos;
- Obrigações da mulher viúva: viver pura como as virgens, vigiar as casadas, dedicar-se às orações, cuidar do seu nome e zelar pela glória de Deus (AZZI, 1987).

Partindo destas regulações, o lugar da mulher é definido como sendo o espaço do lar e da família, estabelecendo o modelo hierárquico. Como afirma Azzi (1987, p. 90):

“A figura do homem – marido e pai – é apresentada como chefe da unidade familiar, encarregado de oferecer-lhe o sustento econômico. A figura da mulher – esposa e mãe – é valorizada em seus aspectos de submissão e fidelidade ao homem, chefe da família. Por fim, a figura dos filhos é enfocada na perspectiva da obediência e dependência dos pais.”

O núcleo familiar constituído nesse período através da construção deste modelo assentava-se na distribuição desigual de poder configurada discursivamente: os homens assumiriam o papel de provedor, ficando para as mulheres a função de administrar o lar e educar os filhos. Foi esse o modelo propagado pelo discurso católico e incorporado por muitas mulheres que participavam das atividades da igreja.

Nas narrativas das senhoras participantes deste estudo, pode-se perceber nitidamente essa divisão no exercício de certas atividades e/ou funções. Como por exemplo, quando elas querem passar a imagem de uma boa mãe, boa dona

de casa, que sentem-se realizadas por terem educado os filhos e, acima de tudo, que mesmo participando das atividades do grupo, elas não deixam de exercer seu papel e suas funções dentro de casa, mostrando-se responsáveis pelas obrigações que a elas foram atribuídas socialmente. Já sobre os maridos, as que são casadas expressam diversas vezes que, apesar de possuírem certos defeitos, como ser "alcoólatra" ou terem "arrumado outra mulher", eles continuam sendo bons esposos, pois nunca deixaram de exercer suas "obrigações de marido" dentro de casa. Como visto a seguir:

"Meu marido tem uma amante. Ele vive comigo, faz tudo pelos filhos e netos. [...] Ele pode ter todos os defeitos, mas ele sempre cumpriu com as responsabilidades dele dentro de casa. Por isso que essas coisas que ele faz eu relevo. [...] E eu faço tudo em casa, ele não tem nada a reclamar. Eu faço o meu papel de mãe e esposa."
(Bárbara)

Fica evidente nas narrativas das senhoras que o casamento, dentro da concepção social do século passado, representava a relação da mulher com seus filhos e com seu lar, e tal perspectiva está internalizada na concepção dessas mulheres. Tais narrativas indicam que as características que a mulher "ideal" deveria ter dentro do casamento eram elementos produzidos em discursos heteronormativos, no qual particularidades atribuídas ao gênero estão polarizadas em função da *diferença* percebida como *diferença sexual*, assim justificando as designações de papéis e funções que caberiam a homens e mulheres.

Guacira Lopes Louro (1997), em sua obra *Gênero, Sexualidade e Educação*, explana que ações dirigidas contra a opressão das mulheres podem ser vistas em toda a história. Na virada do século, manifestações contra a discriminação feminina ganharam expressividade no chamado "sufragismo", movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres que foi reconhecido, em alguns registros, como a primeira onda do feminismo.

Outra forte expressão de reação veio no final da década de 1960, quando algumas feministas, além de preocupações sociais e políticas, voltaram-se para construções teóricas, passando a problematizar o conceito de gênero, tomando em relação à diferença sexual. Obras clássicas, como as de Simone de Beauvoir, marcaram esse momento. Militantes acadêmicas levaram para o interior das universidades essas questões, contaminando o fazer intelectual e produzindo os estudos feministas.

Judith Butler (2003), filósofa pós-estruturalista, em sua obra clássica, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, já na década de 1990, busca problematizar o conceito de gênero, dialogando com as produções feministas em que o Sujeito Mulher é pressuposto como representativo de todas

as mulheres, focando assim na possibilidade de esse Sujeito ser fragmentado e plural em razão das intersecções de gênero, classe, cor, etnia, geração etc. Outro foco importante em sua obra diz respeito à distinção entre sexo e gênero, reproduzindo-se a distinção clássica entre natureza e cultura.

O que Butler buscou fazer foi retirar da noção de gênero a ideia de que ele decorreria do sexo. A filósofa argumenta que, ao contrário do que defendiam alguns discursos feministas, o gênero é um fenômeno inconstante e contextual, significando um ponto de convergência entre conjuntos específicos de relações culturais e historicamente convergentes.

Através da crítica à dicotomia, Butler contribuiu para a desconstrução da ideia de um *sujeito uno*. Sua presunção é de que “o ‘ser’ de um gênero é um efeito” (2003, p. 58). Aceitar essa perspectiva é aceitar que a identidade dos sujeitos é construída performativamente:

“[...] o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero. [...] então a *aparência de substância* é precisamente isso, uma identidade construída, uma realização *performativa* em que a platéia social mundana, incluindo os próprios atores, passa a acreditar, exercendo-a sob a forma de uma crença.” (BUTLER, 2003, p. 200) (Grifos da autora).

Quando foi observado que as idosas entrevistadas deixam claras as diferentes atribuições que regiam as relações entre elas, os maridos e os filhos, pode-se constatar a materialização discursiva do processo de construção social do gênero, já destacado. Tal compreensão veio de todo um conjunto de discursos sociais que materializam práticas sociais, representações e significados que regulam, definem e orientam os comportamentos tidos como adequados para homens e para mulheres, sendo eles naturalizados como *diferentes e desiguais*.

As diferentes atribuições de *ser homem*, como um ser racional, chefe de família voltado para os encargos familiares, ou *ser mulher*, como um ser emocional, esposa, mãe e responsável pelos encargos domésticos, também podem ser vistas quando as idosas casadas narram a justificativa que os maridos dão para não participarem do grupo de convivência e também quando, mesmo sem participar, não estão satisfeitos com a participação das esposas. Nesses casos, duas coisas ficaram nítidas: a negação dos homens sobre o envelhecimento e a tentativa de resgatarem as esposas para o espaço doméstico.

“Os homens não participam por preconceito, machismo. Aí as mulheres correm atrás, estão cansadas, não querem mais ficar em casa.” (Helena)

“Meu marido dizia que eu só queria viver na rua, que eu aproveitava o SESC para vagabundar.” (Bárbara)

Outra forte concepção das entrevistadas foi no tocante à maternidade como sendo uma vocação natural das mulheres. Das dez entrevistadas apenas duas não tiveram filhos, sendo elas dona Rita e dona Mônica. No entanto, ambas passaram pelo processo de criação e educação de crianças com sobrinhos ou outros parentes. Essa experiência aparece para elas como o cumprimento de uma obrigação que elas teriam, o de ser mãe, e suas narrativas deixam transparecer que, mesmo não tendo passado pelo processo de gestação e parto, elas seriam *naturalmente* vocacionadas para serem mães, como na narrativa abaixo:

“O fato de eu não ter tido filhos não quer dizer que eu não vivi isso, porque praticamente eu fui mãe já que ajudei a criar meus 26 sobrinhos. Eu digo que vivi e ainda vivo as alegrias e preocupações da maternidade com esses sobrinhos.” (Rita)

Leers (1987), em sua análise sobre moral, ética, família e sociedade no Brasil, entre os anos de 1964 e 1984, afirma que essa idealização da mulher como dona de casa, mãe, esposa, guardiã do lar, transmissora da religião e da virtude, sublimada pelo culto católico a Nossa Senhora, encontra-se em fase de depreciação. Para o autor, uma nova mentalidade está penetrando com duplo aspecto: por um lado, a procura de um emprego fora do lar para ter sua independência financeira ou dividir as despesas com o marido; por outro lado, há uma desvalorização do papel da mulher como dona de casa, agora taxado como escravizante.

Essa nova perspectiva explanada por Leers (1987) foi encontrada nas narrativas das idosas quando muitas afirmam que se pudessem voltar no tempo não casariam, não teriam filhos ou, no mínimo, prorrogariam o casamento e a maternidade.

“Eu casei com 18 anos, se fosse hoje eu não queria mais um negócio desse. Eu ia estudar, me formar, ter um apartamento, ter um namorado, viajar e dançar, sair por aí com ele, cuidar de não ter filhos. Eu queria uma vida mais livre, entendeu?” (Marta)

“Se eu pudesse ter meus 20 anos novamente, eu não ia pensando logo em me casar. Eu queria passear bastante, namorar bastante, pra só depois encontrar aquele companheiro.” (Helena)

As lembranças das vivências dessas senhoras também trouxeram à tona o padrão normativo existente, que configurava como atributos da *feminilidade* o

recato, a pureza, a dedicação ao casamento e o segredo sobre os seus desejos. Esse comportamento diferencia-se dos atributos designados à *masculinidade*, como a força, a sedução, a competência nas relações sexuais, a afirmação e a determinação para decisões, etc. Essa diferença ganhou legitimidade através de discursos de especialistas sobre a *diferença sexual*, os homens teriam naturalmente instintos sexuais mais fortes e intensos, ao contrário das mulheres, cuja *natureza* acentuava sua disposição para a maternidade e os cuidados com "os outros".

O filósofo francês Michel Foucault (2001), em sua obra *História da Sexualidade*, buscou mostrar como a sociedade ocidental fez do sexo um instrumento de poder, não através do uso da repressão, mas por meio da sua expressão. O ponto de partida do autor no *Volume I – A Vontade de Saber* foi compreender o discurso da sexualidade humana, o que se diz, em que se inscreve e como se relata, mas também o que nos é silenciado e proibido em relação ao sexo. O que Foucault pretendeu nos mostrar foram as condições que possibilitaram o surgimento de uma teoria da sexualidade, seus discursos e seu campo de domínio.

Na história da sexualidade, o discurso que a envolve não foi reprimido, mas sim redistribuído em instâncias diversas para que se fale do sexo apenas para determinados ouvintes e em circunstâncias específicas. Como nos aponta Foucault (2001), fomos incitados a falar das nossas práticas sexuais e desejos íntimos ao invés de calá-los. A instituição religiosa, com sua penitência, foi a primeira a analisar nossas infrações e sentimentos mais íntimos. Além disso, para o autor, o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil, cada uma, à sua maneira, demarcou a fronteira entre o certo e o errado, o normal e o anormal, o saudável e o doente, em relação ao sexo. Nosso corpo tornou-se refém dos padrões comportamentais.

Foi por essa perspectiva que pode-se perceber, nos relatos das idosas, a presença de tensão e pudor quando nas entrevistas o assunto direcionava-se para a área da sexualidade. A perda da virgindade e a gravidez antes do casamento estavam relacionadas à rejeição social. Como comentaram algumas delas, a mulher divorciada era rejeitada por representar uma pessoa sem valor para o casamento e para a constituição de família, chamada, muitas vezes, de "puta". Além disso, na época de suas juventudes, para grande parte das mulheres não existia nenhum tipo de conhecimento sobre sua sexualidade ou sobre como era o processo de reprodução. Essa falta de instrução estava diretamente relacionada com a imagem de pureza que as mulheres deveriam ter, evitando qualquer pergunta relacionada a seu corpo e ao prazer.

Se as entrevistadas optaram por não relatarem detalhes de suas intimidades amorosas ou sexuais, atribui-se aos temores que ainda existem em

nossa sociedade com relação à conduta sexual das mulheres, sobretudo da "mulher idosa". Para estas senhoras é forte o receio de ficarem com a imagem de "mulheres depravadas" ou de serem mal interpretadas.

Mesmo estando em um grupo de idosas, estas ainda reproduzem a distinção entre mulheres "direitas" e "as outras". Na compreensão de muitas delas, os homens buscam mulheres para o casamento que tenham comportamentos recatados. As que buscam relacionamentos após o divórcio ou a viuvez e até certa liberdade sexual através de relacionamentos sem compromisso, ainda permanece forte a representação da mulher que não merece respeito. Como afirma Azzi (1987, p. 93), "a moral sexual continua sendo mantida dentro de padrões rígidos", com insistência especial sobre o comportamento da mulher.

O julgamento e a repressão sobre essas mulheres de comportamentos "inadequados" podem ser constatados entre as participantes. Um exemplo foi dona Marta. Ela deixou claro que depois de viúva teve dois relacionamentos e, mesmo ambos não tendo dado certo, ainda está à procura de um companheiro. Além disso, vai a *shows* e outros eventos em busca de companhia. Muitas vezes, foi possível perceber que para narrar suas experiências existia um receio do que as colegas do grupo iriam achar, como que perguntando: "Estou errada em pensar assim?". Da mesma forma, o julgamento fazia-se presente entre as companheiras:

"Aqui no SESC tem pessoas que tem vida sexual ativa, que vivem passeando e tendo relacionamentos com diferentes homens. Adora festas pra dançar com homens, coisa que eu não faria." (Bárbara)

Outro fator presente na crítica entre as participantes do TSI em relação às senhoras que buscam outros companheiros está relacionado com o julgamento do senso comum de que o desejo sexual e o prazer acabam com o passar dos anos. Essa desaprovação, além de estar relacionada com os comportamentos considerados "adequados" para a mulher, também reflete o preconceito com a sexualidade na fase de envelhecimento. Como afirma Simone de Beauvoir (1990, p. 10), nos mais velhos "o amor, o ciúme parecem odiosos ou ridículos, a sexualidade repugnante".

Outro aspecto que demonstra a pluralidade de vivências entre as participantes do TSI refere-se às condições econômicas. Durante as entrevistas, dona Bárbara e dona Marta narraram experiências que as diferenciam das demais, tanto em relação aos recursos financeiros que possuem como também no tocante às formas de entretenimento.

Dona Bárbara conta que paga a faculdade do filho e os colégios dos dois netos, relata sua independência financeira, além dos passeios com a família e

as viagens que faz, independentemente das ofertadas pelo SESC. Já dona Marta, viúva, deixa claro, como aposentada e pensionista, sua independência financeira e sua preferência por frequentar *shows* e bailes.

A condição econômica e o estilo de vidas das duas idosas citadas acima diferem das demais entrevistadas. Muitas, como dona Isabel e dona Mônica, vivem apenas com suas aposentadorias. Essa diferença em relação às condições econômicas das dez entrevistadas tem seu reflexo no estilo de vida de cada uma delas, como se vestem, os lugares que frequentam, as formas de entretenimento, a possibilidade de fazerem viagens, atividades físicas, dentre outras. Ou seja, influencia diretamente as diferentes formas como essas idosas vivem o envelhecimento.

No estudo *Beyond Lifestyle: Governing the Social Determinants of Health* (2016), a professora Wendy K. Mariner da Universidade de Boston destaca que é preciso cautela ao encorajar o idoso a manter um estilo de vida saudável e ativo, assim como colocar o indivíduo idoso como o único responsável pelos problemas que enfrenta na sua velhice, já que as medidas necessárias para um envelhecimento feliz devem ser tomadas por ele próprio.

Mariner (2016) compreende o fator econômico como determinante para expandir ou restringir as oportunidades para o idoso, resultando nas atividades por ele desenvolvidas e na maneira como ele vive e significa sua velhice. Ou seja, o “modelo” de velhice ativa e saudável não é uma realidade de todos, pois muitos não podem exercitar-se, participar de grupos de convivência, alimentar-se de maneira saudável, viajar, etc. Como Debert (2012, p. 88) afirma, a diferença econômica entre os idosos é um elemento capaz de “revelar a heterogeneidade das experiências, em grupos definidos através de categorias homogeneizadoras, como é o caso da velhice”.

Santos, Lopes e Neri (2007) afirmam que as análises sobre escolaridade, renda, e, também, raça são importantes no estudo da velhice, pois além de desmistificar a ideia de homogeneização do processo de envelhecimento, permite-nos compreender as influências culturais que atuam no comportamento dos indivíduos. Nesta pesquisa, das dez idosas entrevistadas, coincidentemente cinco foram mulheres brancas e cinco, mulheres negras. Em suas narrativas, apenas dona Isabel invocou a raça para compor sua identidade e relatou vivências relacionadas à sua cor.

“Quando eu tinha 6 anos meu pai falou pra mim: “olha, não é porque você é preta que tem que descer a calçada pra branco”. Era assim naquele tempo. Se eu tava aqui e viesse uma pessoa branca eu tinha que sair da calçada para essa pessoa passar.”

“Mamãe era muito brava. Teve um dia que ela saiu atrás de mim, eu corria, corria. [...] Ela me batia amarrada. Mamãe foi criada assim,

como no tempo da senzala, naquele tempo em que os brancos eram carrascos, então ela criava a gente daquele jeito. Ela amarrava eu e meus irmãos, e dava uma surra só.”

Os relatos de dona Isabel podem ser compreendidos a partir da análise empreendida por Lopes e Deus (2007, p. 86). Os autores afirmam que os idosos de hoje viveram suas infâncias em um período onde “a elite dominante reforçava a existência do mito da democracia racial como típico das relações raciais brasileiras, e em que as desigualdades raciais prevaleciam de forma naturalizadas”, ou seja, o fenômeno do racismo estava instalado. Além disso, como afirmam Santos, Lopes e Neri (2007), em nosso país, a exclusão dos negros foi regida pela lógica do sistema escravocrata, o que gerou marcas que se mantêm até os dias de hoje, como pode ser visto nas lembranças da idosa acima.

Deve-se observar nos relatos de dona Isabel que a percepção das diferenças existentes na época da sua infância entre as pessoas brancas e negras veio em decorrência dos ensinamentos do seu pai, mas também com suas próprias vivências. Essa percepção está relacionada com a construção da identidade negra, que segundo Gomes, N., (2003):

“[...] como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, em que os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividade e no qual se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente tal processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece. A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.” (2003, p. 171)

Dona Isabel hoje rememora acontecimentos de sua infância, o preconceito racial e suas marcas indeléveis de distinção social e de rejeições, como algo muito forte. Essa compreensão está relacionada com a análise de Maurice Halbwachs (2004) em relação às nossas lembranças quando crianças. De acordo com o sociólogo, à medida que a criança cresce, e sobretudo quando se torna adulta, ela participa de maneira mais reflexiva da vida. Assim, as lembranças da infância, quando rememoradas na velhice, não são as mesmas, pois uma consciência crítica já foi desenvolvida. É desta forma que toda rememoração do passado passa a ser uma construção, com a ajuda de informações emprestadas do presente.

Considerações finais

Este estudo partiu do entendimento de que um dos grandes problemas encontrados em diversas propostas direcionadas ao envelhecimento é a construção de um perfil generalizante. Constata-se como os discursos são carregados de categorias homogeneizadoras, na maioria das vezes não reconhecem todas as particularidades e diferenças que foram construídas e vividas pelos sujeitos inseridos em contextos sociais diversos, assim como são diversas suas demarcações de classe social, gênero, raça, dentre outras.

Realizar esse estudo a partir da utilização do trabalho com a memória das idosas proporcionou compreender processos de formação de diferentes sujeitos, indicando a complexidade da compreensão sobre o envelhecimento. Além disso, tratando-se de lembranças, a rememoração que aparentemente seria individual, mostra-se coletiva, devido aos vínculos que possuímos nas diversas relações com diferentes grupos que pertencemos.

Discursos e práticas performativas de distinção e desigualdade na estrutura do gênero foram reforçadas inicialmente no núcleo familiar, como também na escola e na religião, à medida em que a inserção nessas instituições é regulada por normas que estabelecem quais devem ser os comportamentos diferenciados entre homens e mulheres. Essa identidade é reforçada com o passar dos anos e fez-se presente entre as idosas na cobrança sobre os cuidados com lar, com filhos, ao vestirem determinadas roupas, para terem comportamentos adequados, etc. No entanto, mudanças na percepção dos papéis de gênero foram notórias nos relatos das idosas como, por exemplo, no desejo de não ficarem mais no lar fazendo tarefas domésticas.

Para as idosas entrevistadas, o significado da atual fase em que vivem é percebido como uma fase de realizações que não pôde ser por elas vivenciada quando mais jovens. É um momento de prazer, de independência, de liberdade, é o momento no qual elas estão vivendo para si mesmas. Essa característica demonstra os efeitos produtivos de um modelo hegemônico.

Outros importantes aspectos entre as participantes do TSI que as diferenciam referem-se às condições econômicas e a raça. A primeira é um fator marcante na maneira como cada idosa tem seu estilo de vida, como se vestem, os lugares que frequentam, as formas de entretenimento, etc., ou seja, influencia as diferentes formas como essas idosas vivenciam suas velhices e também reflete na maneira como cada uma significa essa fase da vida. A raça fez-se presente no estudo mais uma vez desmistificando a ideia de homogeneização no processo de envelhecimento, permitindo compreender as influências culturais que atuam no comportamento dos indivíduos

Nas narrativas das idosas, em grande parte, não há alusões ou referências positivas ao passado, não existe saudosismo. As referências gratificantes estão atreladas às atividades e aos relacionamentos que possuem dentro do TSI. A reavaliação de si, de suas visões de mundo e de seus comportamentos após o ingresso no grupo está perpassada pela reprodução de discursos de especialistas que têm os grupos de convivência como principal representante.

O mais importante a ser compreendido é que diferentes marcadores sociais interseccionam-se na experiência dos sujeitos definidos como idosos. Analisando as narrativas das senhoras entrevistadas foi possível compreender que análises do envelhecimento não devem se fechar a questões de ordem biológica, pois a velhice, enquanto categoria construída politicamente, está relacionada com diversos aspectos contextualizados histórico e socialmente. Assim, os significados do envelhecimento para cada participante entrevistada do TSI SESC Deodoro é singular, pois cada uma apropriou-se dos múltiplos significados dos contextos sociais nos quais nasceram e construíram suas experiências.

Referências bibliográficas

- AZZI, R. 1987. Família e valores no pensamento brasileiro (1870-1950). Um enfoque histórico. In: RIBEIRO, Ivete. *Família e Valores*. São Paulo: Edições Loyola.
- BRAH, Avtar. 2006. Diferença, Diversidade e Diferenciação. *Cadernos Pagu*, n.26, Campinas.
- BEAUVOIR, S. 1990. *A Velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BUTLER, J. 2003. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CAMARANO, A. A. et al. 2005. *Idosos brasileiros: indicadores de vida e de acompanhamento de políticas*. Brasília: Presidência da República, Subsecretaria de Direitos Humanos, pp. 13-14.
- CARVALHO, J. A. M.; WONG, L. R. (2008). A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 24, v. 3, pp. 597- 605, mar.
- CHIZOTTI, A. 1991. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez.

- DEBERT, G. G. 2012. *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp.
- _____. 1997. *Envelhecimento e Curso da Vida*. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12564>>. Acesso em: 08 set. 2014.
- _____. 1998. Pressupostos da Reflexão Antropológica sobre a Velhice. In: DEBERT, G. G. *Antropologia e Velhice*, Textos Didáticos, n.19, IFCH.
- FARIA, L., SANTOS, L. A.C., PATIÑO, R. A. 2017. A fenomenologia do envelhecer e da morte na perspectiva de Norbert Elias. *Cad. Saúde Pública*, v. 33, n. 12.
- FOUCAULT, M. 2001. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FREUD, S. 1901. *A psicopatologia da vida cotidiana*. V. VI. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- GOMES, N. N. 2003. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, pp. 167-182.
- HALBWACHS, M. 2004. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014. *PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios*.
- LEERS, F. B. 1987. Filosofia, moral, ética, família e sociedade no Brasil (1964-1984). In: RIBEIRO, I. *Família e Valores*. São Paulo: Edições Loyola.
- LENOIR, R. 1996. Objeto Sociológico e Problema Social. In: MERLLIÉ, D. *Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis: Vozes. pp. 59-106.
- LOPES, D., DEUS, S. I. A. de. 2007. Negritude e envelhecimento. In: NERI, A. L. (Org.). *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC.
- LOURO, G. L. 1997. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- MAINER, W. K. 2016. *Beyond lifestyle: governing the social determinants of health*. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/29086640>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

- MAY, Tim. 2004. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed.
- MELO, Frederico. 2017. *Envelhecer não é um fardo*. Rio de Janeiro: Radis, v. 173, p. 22.
- MINAYO, M. C. S. e SANCHES, O. 1993. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, pp. 239-262.
- SANTOS, G. A. dos, LOPES, A., NERI, A. L. 2007. Escolaridade, raça e etnia: elementos de exclusão social dos idosos. In: NERI, A. L. (Org.). *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC.
- SCOTT, Joan 2003. O Enigma da Igualdade. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 13, n. 216.
- SILVA, F. D., SOUZA, A. L. (2010). DIRETRIZES INTERNACIONAIS E POLITICAS PARA OS IDOSOS NO BRASIL: a ideologia do envelhecimento ativo. *R. Pol. Públ.* São Luís, v. 14, n. 1, pp. 85-94.
- UN - United Nations. 2014. Department of Economic and Social Affairs. *Population ageing and sustainable development*.
- WALLACK, E. M., WISEMAN, H. D., PLOUGHMAN, M. 2016. *Healthy Aging from the Perspectives of 683 Older People with Multiple Sclerosis*. Disponível em: <<https://www.hindawi.com/journals/msi/2016/1845720/>>. Acesso em: 04 jul. 2018.